



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SAPIRANGA
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

PARECER JURÍDICO N. 912/2024

DE: Procuradoria Municipal

PARA: Departamento de Compras e Licitações

OBJETO: Pedido de dispensa de licitação para a contratação de prestação de serviços de portaria na CME Érico Veríssimo UEI, a fim de garantir a proteção dos alunos, funcionários e visitantes da escola, nos termos dos pedidos da Secretaria Municipal de Educação.

Trata-se de solicitação de parecer jurídico enviado pelo Departamento de Compras e Licitações a respeito de solicitação de dispensa de licitação para a contratação de prestação de serviços de portaria na CME Érico Veríssimo UEI, a fim de garantir a proteção dos alunos, funcionários e visitantes da escola, nos termos do pedido da Secretaria Municipal de Educação, junto a empresa **Sidnei Serviços de Monitoramento Ltda.-ME**.

A Secretaria solicitante manifestou-se pela aquisição direta, em virtude da necessidade de atender a demanda do setor, razão pela qual, justifica-se o presente pedido.

A referida contratação enquadra-se no inciso II, do artigo 75, da Lei n. 14.133/2021, o qual prevê a dispensa de licitação *para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras*.

Neste sentido, não há o que opor, sob o aspecto jurídico.

Consta nos autos documento de formalização da demanda que discrimina o objeto da contratação almejada, atendendo o disposto no art. 72, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Houve estimativa de despesa, calculada na forma estabelecida no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 (art. 72, inciso II), estando este, por conseguinte, justificado (art. 72, inciso VII).

Os documentos juntados aos autos demonstram a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido (art. 72, inciso IV), bem como os documentos do futuro contratado, ora anexados, comprovam que o particular preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária (art. 72, inciso V).

De todo o modo, verifica-se que o processo administrativo está formalmente em



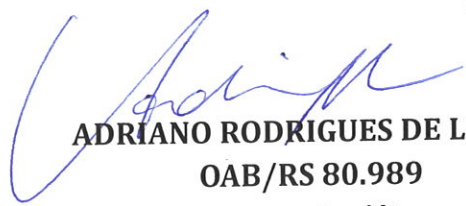
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SAPIRANGA
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

ordem; há requisição com descrição do objeto, justificativa, bem como dotação orçamentária prevista, razões pelas quais, a contratação direta poderá ser viabilizada.

Diante do exposto, considerando as informações apresentadas, opina-se pela contratação de prestação de serviços de portaria na CME Érico Veríssimo UEI, a fim de garantir a proteção dos alunos, funcionários e visitantes da escola, nos termos do pedido da Secretaria Municipal de Educação, ao custo total de R\$20.650,00, junto a empresa **Sidnei Serviços de Monitoramento Ltda.-ME**, a qual atende a exigência pelo menor preço, mediante dispensa de licitação, nos termos do inciso II, artigo 75, da Lei n. 14.133/2021.

É o parecer.

Sapiiranga, 16 de outubro de 2024.


ADRIANO RODRIGUES DE LEMOS
OAB/RS 80.989
Assessor Jurídico